

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura

Série
Território
Científico

SER
TÃO
CULT

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura



Sobral-CE

2021



Diálogos sobre a Ditadura

© 2021 copyright by Editora Sertãoocult
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Telma Bessa Sales
Juliana Magalhães Linhares
Cicero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andréia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D536 Diálogos sobre a ditadura. / Antonio Jerfson Lins de Freitas,
João Teófilo, Viviane Prado Bezerra. (Organizadores.). –
Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

244p.

ISBN: 978-65-87429-89-2 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-90-8 - papel

Doi: 10.35260/87429892-2021

1. Ditadura- Brasil. 2. Fontes históricas. 3. História-
Passado. 4. Pesquisa histórica. I. Freitas, Antonio
Jerfson Lins de. II. Teófilo, João. III. Bezerra,
Viviane Prado. IV. Título.

CDD 981.063
907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Organizadores

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2007) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2019). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

João Teófilo

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Foi pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV-SP. Suas pesquisas concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar, abordando temas como cultura política, imprensa, memória e Justiça de Transição. Foi um dos organizadores da coletânea “A ditadura civil- militar em Sobral: aliança, ‘subversão’ e repressão” (2017) e é autor do livro “Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar” (2019).

Viviane Prado Bezerra

Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Os entrevistadores

Alexander da Silva Braz é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra, também, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Ana Marília Carneiro é pós-doutoranda em História pelo programa CAPES Print/UFMG. É doutora e mestre em História pela UFMG e pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG (LHTP/UFMG) e da HuManas: pesquisadoras em rede.

Carolina Maria Abreu Maciel é doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde pesquisa a formação da Juventude integrante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, entre as décadas de 1980 e 1990. É licenciada em história pela mesma instituição e mestre pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Entre os anos de 2010 a 2012 estagiou na Associação 64/68 - Anistia. Desde 2012 é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas - GEPHD. Em 2019, passou a integrar o Grupo de Estudos e pesquisas de História e Gênero. Entre os anos de 2013 e 2014 foi membro da Comissão Interinstitucional da Verdade das Universidades Públicas UFC/UECE.

Edilberto Florêncio dos Santos é Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialista em Ensino de História do Ceará e em Gestão Cultural Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Sobral-CE e professor substituto do Curso de História da UVA. É Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Ceará-UFC e do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidades e outras Artes-UVA.

Gilberto Gilvan Souza Oliveira é doutorando em História Social (PPGH-UFC), é mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Atuou como educador no núcleo educativo do Museu do Ceará (2013-2014). Atualmente é professor temporário do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE) e desenvolve pesquisas em torno da história do livro, da leitura e da produção editorial.

José Valdenir Rabelo Filho é Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: regimes autoritários, memória, história oral e ensino de história.

Jucelio Regis da Costa é graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015). Doutorando em História, vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, no setor Metodologias de Ensino de História e Geografia, História da Educação Geral e Brasileira; Legislação e Organização da Educação Brasileira. Atuou como professor formador e tutor no Curso de História na modalidade EaD, pela UECE. Desenvolve estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira. Atualmente leciona no setor de ensino de História e Geografia, em Iguatu-CE, na FECLI/UECE.

Lucas Pedretti Lima é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em História Social da Cultura (2018) e graduado em História (2015) pela PUC-Rio. Integra o Núcleo de Memória e Direitos Humanos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). Foi pesquisador do Instituto de Estudos de Religião (ISER). Foi estagiário da Comissão Estadual da Verdade do Rio, sendo efetivado como assessor em julho de 2015. Foi assessor da Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade de janeiro de 2016 a agosto de 2017. Colaborou com o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição”, do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio.

Marina Mesquita Camisasca é doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mestrado (2009) e graduação (2005) na mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de História Oral (NHO) e do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), ambos da UFMG. Possui experiência em história institucional e empresarial trabalhando na redação e editoração de livros, organização de arquivos, centros de memória e exposições. Realiza pesquisa na área de História Agrária, História do Brasil Republicano e História da Ditadura Militar.

Rafael Júnior dos Santos é graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2019). Atualmente é professor efetivo da Rede Municipal de Sobral. Participou do Programa de Educação Tutorial-PET (MEC/SeSu) de 2013 a 2016. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História e Cultura Política, da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Participa do Grupo de Pesquisa História e documentos: reflexões sobre fontes históricas, da Universidade Federal do Ceará-UFC. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura política, memória, discurso, Ditadura.

Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora - Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral e reestruturação produtiva. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE) e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011, onde é líder do Grupo de Pesquisa de História Oral.

Vera Lúcia Silva é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Publicou, junta a Ana Selma Silva de Aguiar, o livro “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.

Prefácio

Nas duas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de pesquisas sobre o período autoritário de duas décadas iniciado como o Golpe de 1964, no qual os militares estiveram no centro e no controle do poder político no Brasil. Além desse crescimento, houve um notável alargamento do conjunto de temas investigados. Novas abordagens, novos objetos e novos problemas somaram-se aos trabalhos mais antigos, marcados principalmente pela busca de se compreender a dinâmica política do período. Em particular, destaca-se a preocupação em integrar uma dimensão cultural ao acervo anterior de pesquisas.

Falta ainda, contudo, refletir mais sobre esse conjunto de estudos, num exercício de auto reflexividade da parte da própria comunidade de pesquisadores. Este livro vem, em boa hora, contribuir para reduzir esse déficit. Destaco três de suas qualidades. Uma, de não restringir a seleção dos entrevistados a pesquisadores do triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Outra, a de incluir pessoas de diferentes gerações acadêmicas. Finalmente, o foco nas trajetórias de pesquisa dos entrevistados, com suas opções, apostas e acasos.

Aparecem, ao longo das entrevistas, importantes reflexões sobre diferentes dimensões desse conjunto de experiências de pesquisa. Elas vão desde a natureza das fontes disponíveis, incluindo questões relacionadas ao seu acesso, até discussões mais gerais sobre conceitos utilizados na análise, passando pelas configurações mutáveis da memória sobre o período. Ganham também destaque, nas entrevistas, os desafios de se fazer uma história tanto do “tempo presente” quanto uma “história pública”, imersas nos debates contemporâneos. Tudo isso, num terreno minado pela

“pós-verdade”, pelas *fake news*, por negacionismos de várias ordens e pela dinâmica vertiginosa das redes sociais.

Mais do que a narrativa de produtos acabados de diferentes pesquisas, que aparecem melhor em livros e artigos acadêmicos, pode-se nessas entrevistas acompanhar o processo de “artesanato intelectual” em ação, de que fala Wright Mills. Nesse sentido, o livro certamente servirá de inspiração a jovens pesquisadores que se dedicam (ou que se dedicarão) ao tema.

Celso Castro

Professor, FGV CPDOC

A série Território Científico

O ato da escrita é um ato solitário, mas antes dele se concretizar, o autor precisa colecionar experiências, conhecimento, compartilhar ideias, trocar vivências com outras pessoas, ouvir novas histórias, enfim, ser impactado pelo convívio social, por aquilo que só é possível ser construído coletivamente.

E é exatamente a capacidade de nos conectarmos fisicamente que, embora já viesse sofrendo declínio nos últimos anos, foi mais afetada pelo atual cenário de pandemia no qual estamos inseridos. A Covid-19, além de uma ameaça real à vida das pessoas, levou ao extremo o processo de distanciamento que já experimentávamos. Ficar longe deixou de ser apenas um reflexo da rotina acelerada destas primeiras décadas do novo milênio. Graças ao vírus, tornou-se questão de sobrevivência.

O isolamento atingiu todos os aspectos da vida humana, e a produção do conhecimento científico não foi menos afetada, ainda mais em um país no qual atualmente essa produção já vinha sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela são encarados quase como inimigos do Estado. Nesse cenário, torna-se mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Assim nasceu o *Território Científico*, uma iniciativa que visa não apenas aproximar renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento entre si, mas possibilitar que compartilhem suas trajetórias, dificuldades e experiências com aqueles que escolherem seguir seus passos.

Com isso em mente, a *Editora SertãoCult* apresentou aos membros de seu conselho editorial a proposta de juntos promovermos uma série de

diálogos com pesquisadores que são referência em suas áreas de atuação, nos quais fazem um pequeno apanhado de suas trajetórias. Cada conjunto de diálogos ao final são transcritos e editados, compondo livros distribuídos gratuitamente no formato digital e oferecidos à venda em formato físico.

A série tem início com este volume, dedicado a um tema tão relevante, especialmente em nossa atual conjuntura político-social: a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, onze grandes historiadores que se dedicam a esta temática nos honraram ao aceitar contribuir com este projeto, dialogando com outros historiadores igualmente talentosos, nos brindando, nas próximas páginas, com uma verdadeira aula de como pesquisar um período tão sensível da história brasileira.

Não poderíamos estar mais orgulhosos do resultado deste esforço conjunto, que nos estimula a seguirmos empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Obrigado a todos que ajudaram neste primeiro passo da *Série Território Científico*!

Que venham os próximos volumes!

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

Apresentação

A temática da ditadura militar brasileira passou por importante expansão nos últimos anos em relação às pesquisas desenvolvidas. É certo que por longo tempo ficou restrita a outras áreas, como a sociologia e a ciência política, e apenas posteriormente os historiadores resolveram tomá-lo como objeto de estudo. Há algumas razões para isso, dentre as quais destacamos certa resistência na área de história em pesquisar temas próximos a nós no tempo, além da dificuldade de acesso às fontes. Atualmente, esse cenário é diferente: a história do tempo presente/história recente é uma área em expansão no Brasil e muitos fundos documentais ligados ao Estado repressivo, por exemplo, estão acessíveis aos pesquisadores, alguns dos quais ainda pouco explorados.

Iniciar uma nova pesquisa representa grande desafio, sobretudo para aqueles iniciantes que, ao final de seus cursos de graduação, precisam encontrar um tema/objeto que venha a se transformar em suas monografias, em seus trabalhos de conclusão de curso. Logo, muitas são as dúvidas e inseguranças. Saber por onde começar é uma questão difícil; após começar, as dúvidas continuam ao longo da pesquisa. É algo intrínseco ao processo e, claro, também faz parte da vida de pesquisadores mais experientes.

O contato com a obra de historiadores e historiadoras que pesquisam ditadura nos põe diante de um universo complexo que ainda tem muito para ser estudado, apesar dos avanços recentes. Ocorre que nem sempre o percurso de pesquisa está visível nesses trabalhos. E mais: as questões que antecedem a produção desses estudos, mas também que acompanham a escrita, nem sempre estão perceptíveis. A menos que conversemos com essas pessoas, ficará difícil saber detalhes do que poderíamos chamar de bastidores da pesquisa ou *behind the scenes*.

Este trabalho que agora apresentamos, através de entrevistas com historiadores e historiadoras, traz vários elementos desses bastidores e nos põe em contato com seres humanos, de carne e osso, que tiveram suas inquietações, dúvidas, mostrando que seus caminhos quase nunca são lineares. Eles nos põem em contato também com seus processos de formação e com as questões que permearam suas principais pesquisas. Trata-se de material de grande utilidade, que poderá servir de inspiração, de guia, para aqueles que desejam iniciar na área ou melhor conhecer suas especificidades.

Na escolha dos convidados, preocupou-nos não apenas selecionar pesquisadores com trajetórias e formações diferenciadas - de modo a incorporar ao trabalho experiências que, fugindo dos meios tradicionais de atuação, contemplam o uso de novas ferramentas para a produção e divulgação do conhecimento histórico, a exemplo da Internet. Mas, buscamos diversificar, dentro das possibilidades, seus lugares de atuação, contemplando profissionais de outras regiões do país que não apenas o Sudeste. Além disso, e não menos importante, buscamos elaborar um trabalho equilibrado do ponto de vista de gênero, pois sabemos das invisibilidades que também estão presentes no mundo acadêmico, nem sempre dando a devida atenção que merece ter as pesquisas feitas por mulheres.

Juntou-se a nós nesta empreitada um time de entrevistadores cuja escolha também se pautou pelas questões anteriormente colocadas. Conhecedor dos trabalhos e trajetórias de seus entrevistados, esse time contemplou nas perguntas questões essenciais que ajudam a evidenciar os propósitos deste projeto, abordando temas de pesquisa, mas também trajetórias, uma vez que essas duas dimensões guardam entre si grande proximidade, havendo, em alguns casos, uma mútua influência. Noutras palavras, entrevistadores e entrevistados trilham um caminho que mostra ao leitor que as escolhas de temas e objetos de pesquisa também derivam de histórias de vida, sendo um processo permeado por subjetividades, por questões pessoais.

Diante do contexto de produção deste livro, marcado por discursos que buscam negar ou relativizar a ditadura militar, entendemos que o conhecimento histórico é importante antídoto. Esperamos, pois, que nosso esforço possa servir de inspiração para trazer para nosso campo de atuação novos nomes. E mais: que aqueles que tenham interesse no tema, mas sem ne-

cessariamente desejar ingressar na área, possam vislumbrar que a construção do conhecimento histórico é baseada em método, em erudição, em consulta a fontes, em crítica documental. O historiador trilha com seriedade um longo caminho até chegar às suas conclusões. Pode parecer óbvio, mas não custa reforçar: história não é opinião.

Ao encerrar esta apresentação, não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que tornaram este projeto possível, em especial nossas entrevistadoras, entrevistadores, entrevistadas e entrevistados, e à Editora SertãoCult, que fez o convite e nos confiou a importante missão de tornar real algo dessa magnitude.

Jerfson Lins

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Organizadores

Sumário

Ana Rita Fonteles Duarte.....	18	Doi: 10.35260/87429892p.18-37.2021
Carlos Fico.....	38	Doi: 10.35260/87429892p.38-57.2021
Caroline Bauer.....	58	Doi: 10.35260/87429892p.58-80.2021
Aírton de Farias.....	82	Doi: 10.35260/87429892p.81-102.2021
Edvanir Maia da Silveira.....	104	Doi: 10.35260/87429892p.104-126.2021
Marcos Napolitano.....	128	Doi: 10.35260/87429892p.128-142.2021
Samantha Viz Quadrat.....	144	Doi: 10.35260/87429892p.144-165.2021
Paulo César Gomes.....	166	Doi: 10.35260/87429892p.166-181.2021
Sônia Maria de Meneses Silva.....	182	Doi: 10.35260/87429892p.182-202.2021
Rodrigo Patto Sá Motta.....	204	Doi: 10.35260/87429892p.204-223.2021
Valéria Aparecida Alves.....	224	Doi: 10.35260/87429892p.224-242.2021



Rodrigo Patto Sá Motta é Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador 1D do CNPq. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República e História Contemporânea. Possui diversos livros publicados, entre eles, *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil* e *As universidades e o regime militar*. Foi presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) no período 2013-2015.

Rodrigo Patto Sá Motta

Lucas Pedretti
Marina Camisasca

A ditadura é um tema acadêmico, é um tema de nossa história fundamental para entender o país, entender o momento em que a gente vive e, também, para pensar projetos para o futuro.

Território Científico (TC): Primeiramente gostaríamos que você falasse como foi sua trajetória acadêmica.

Rodrigo Patto: O meu curso de graduação original na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi Administração de Empresas, mas não fui feliz e troquei para História. Já estava há mais ou menos dois anos como aluno da Administração e pedi reopção para História. Comecei a graduação em História no início de 1986 e fiquei fascinado com o curso. Eu me encontrei no curso de História e fiquei muito feliz. Durante um tempo, inclusive, nem pensava em como iria atuar profissionalmente, estava curtindo o curso. Desde o início, percebi que o meu interesse era por história política, história do poder político, história dos conflitos políticos, era isso que me fascinava. Esse interesse tinha relação também com a militância política. Na mesma época em que passei para História, comecei a militância em partido de esquerda e no movimento estudantil, e isso contribuiu para o interesse por história política. Fiz iniciação científica com a Lucília de Almeida Neves Delgado¹, que foi minha orientadora também no mestrado, e estudei a Aliança Liberal em 1930, o que consolidou o meu interesse pela história política. Nesse início, tinha uma visão

1 Professora de História aposentada da UFMG e professora do programa de pós-graduação em Direitos Humanos da UnB.

mais tradicional da história política, instituições, líderes, e com essa pegada teórica mais tradicional, fui para o mestrado fazer um estudo sobre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido de oposição à ditadura. Fiz mestrado em História na UFMG em 1990, na primeira turma. Aliás a minha dissertação foi a primeira defendida em História na UFMG, em 1993.

A entrada no doutorado foi processo mais complexo, pois quando terminei o mestrado já estava dando aula na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). No meio do mestrado, em 1991, fiz concurso para professor na UFOP e fui aprovado. Entrei na UFOP como professor auxiliar e o meu trabalho aumentou muito, tinha que tocar o mestrado e começar a dar aula em universidade, era um desafio. Por outro lado, acho que isso contribuiu para a minha formação, já que a docência na universidade favorece a pesquisa. Terminei o mestrado em 1993 e parti para o doutorado. Nesse momento, eu já estava transitando entre a história política clássica e a nova história política. Pensei em estudar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) como cultura política, combinando um estudo de cultura política com história política mais clássica. Com esse projeto, tomei bomba na primeira instituição em que concorri e depois fui aprovado na Universidade de São Paulo (USP). O fato de ter tomado bomba em uma das seleções me fez refletir sobre o projeto e me levou a mudar a perspectiva teórica e temática. Desisti de estudar o comunismo e fui para o anticomunismo. Acabei dando sorte, foi uma boa escolha. Fiz a tese sobre o anticomunismo, que do ponto de vista teórico representou uma combinação entre história política clássica (estava interessado em entender o conflito político, a disputa pelo poder, os golpes autoritários no Brasil) e uma abordagem mais culturalista, porque pensei o anticomunismo como um fenômeno cultural também, que mobiliza paixões e medos. Defendi o doutorado na USP em 2000 e, posteriormente, a tese foi publicada como livro². Nesse momento, eu já era professor da UFMG, passei no concurso em 1995.

2 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2002 (editado em inglês pela editora Sussex Academic Press e em espanhol pela Editora Universitária Argentina UNGS em 2019).

A partir da tese, segui mais ou menos pelo mesmo caminho, combinando história política com história cultural da política; fiz um mergulho nos acervos de repressão ajudando a organizar a documentação do DOPS de Minas e, ao mesmo tempo, o acervo da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) da UFMG. A partir desse acervo da AESI decidi fazer uma pesquisa de mais fôlego, que se transformou no livro *As universidades e o regime militar*³. Comecei a conceber esse livro pesquisando a AESI da UFMG, ali fui me dando conta do que foi a política universitária da ditadura. Até então, eu pensava muito pelo viés da repressão, mas estudando o arquivo da repressão comecei a ver que tinha um aspecto modernizador importante, de reforma na universidade, que passava pela repressão também. Este livro das universidades e o livro sobre o anticomunismo são os livros mais importantes que escrevi. O das universidades é um mergulho maior na ditadura porque no livro sobre anticomunismo não entro na ditadura; mas acho ele importante para estudar e entender a ditadura, porque faço um mergulho nos movimentos anticomunistas para compreender o que foi o golpe de 1964. Acho que o livro traz uma contribuição importante para entender a origem da ditadura. Atualmente, tenho pesquisado a imprensa e a ditadura. Estou fazendo um estudo sobre a imprensa argentina, para comparar como as duas imprensas, a brasileira e a argentina, lidaram com as ditaduras. Acho que sintetizei o principal.

TC: Você poderia aprofundar um aspecto da sua trajetória que diz respeito ao fato de como e quando surgiu o interesse em pesquisar especificamente temas relacionados à última ditadura brasileira?

Rodrigo Patto: Desde o mestrado, meu foco essencial era a história recente, fiz o mestrado no início da década de 1990 e estava estudando um objeto que existiu de 1966 a 1979, fazia apenas 12 anos que o MDB tinha acabado. Estava estudando a ditadura, só que meu interesse na época era a oposição, e não os agentes da ditadura. No doutorado, o interesse não era tanto a ditadura, a minha grande questão era entender a direita pelo viés do anticomunismo e isso foi um mergulho de pesquisa fascinante, porque aprendi muita

3 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. RJ: Zahar, 2014.

coisa, era uma área que não conhecia e comecei a ler para entender a direita. Acho até curioso ver agora as Ciências Sociais, por exemplo, os colegas da Sociologia, da Ciência Política estarem descobrindo a direita conservadora e fico pensando: “*Li esse pessoal na segunda metade dos anos 1990*”. Fui longe, li o Joseph de Maistre⁴, do final do século XVIII, para tentar entender a filosofia da direita, a filosofia conservadora; para entender o anticomunismo, fui puxando o fio até chegar nos movimentos contrarrevolucionários do século XVIII. Então, na pesquisa sobre o anticomunismo, a questão era entender a direita e os impulsos autoritários de direita, e a repressão motivada pelo sentimento antiesquerdista, anticomunista. Isso é muito importante para entender tanto o golpe de 1937 quanto o golpe de 1964.

Não entrei na ditadura pós-1964, mas no livro sobre as universidades, o foco é a ditadura, ainda que seja também um estudo para entender as relações entre a ditadura e a elite acadêmica e intelectual. Mas o objeto e o recorte temporal são a ditadura. Isso tem a ver um pouco com o movimento da historiografia no Brasil no início dos anos 2000, período em que começaram a surgir mais pesquisas relacionadas à ditadura militar. Na mesma época em que eu estava pesquisando a elite universitária, por exemplo, a Denise Rollemberg⁵ estava estudando os advogados, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estava estudando a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e ela foi produzindo capítulos de livros sobre isso. Então, a ideia era também dialogar com a historiografia que estava se avolumando sobre a ditadura e o livro propõe esse diálogo. Quando proponho, por exemplo, usar o conceito de acomodação para entender a zona intermediária entre resistência e adesão, é um diálogo direto, por exemplo, com a Denise, que gosta do termo zona cinzenta, que vem do Pierre Laborie⁶. Preferi usar acomodação, me parece mais inspirador em termos de compreensão do que zona cinzenta, mas a inspiração é semelhante. Do ponto de vista teórico, pensei acomodação como

4 Escritor, filósofo, diplomata e advogado que viveu entre 1753 e 1821 e foi um dos proponentes mais influentes do pensamento contrarrevolucionário ultramontano no período imediatamente posterior à Revolução Francesa de 1789.

5 Historiadora e professora da Universidade Federal Fluminense.

6 Historiador francês que viveu entre 1936 e 2017 e se dedicou a estudar a opinião pública sobre o regime de Vichy.

um aspecto da cultura política brasileira que é recorrente e me propus a ver isso durante a ditadura.

TC: Puxando o link com o que você falou do movimento da historiografia nos anos 2000 isso teve muito a ver com a abertura dos arquivos. Queria que você falasse sobre o seu encontro com as fontes.

Rodrigo Patto: Essa questão dos acervos documentais é chave. No doutorado, ao estudar o anticomunismo, já fiz um mergulho nos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS); pesquisei os acervos do DOPS do Rio de Janeiro e de São Paulo, quer dizer, da polícia política. Eles usaram vários nomes, DOPS é o nome genérico. Aquilo me abriu um universo muito interessante para entender os órgãos de repressão. Essa pesquisa foi em 1997 e 1998. No início dos anos 2000, apareceram vários outros acervos, mas o mais importante foi o fundo documental do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponibilizado entre 2005 e 2006. Nessa altura, estava começando a pesquisa das universidades e resolvi meter as mãos ali para ver o que conseguia encontrar. Antes disso, fiz a pesquisa nos arquivos nacionais norte-americanos, que foi no segundo semestre de 2006 e primeiro semestre de 2007, e foi muito fascinante. Primeiro, pelo tamanho do arquivo, que é uma coisa assustadora, quase um hangar de avião eles têm para guardar documentos. Recolhi muita coisa útil para entender a política universitária da ditadura e a participação americana no processo de reforma universitária no Brasil, para isso fui lá, com uma bolsa de pós-doutorado do CNPq para estudar os acordos MEC-USAID⁷. Quando voltei ao Brasil, procurei o Arquivo Nacional e fiz os contatos para ter acesso à documentação do SNI. Nesse período, ainda havia muita dúvida sobre o acesso, porque tinha todo aquele conflito que vinha das leis de acesso dos anos 1990. Depois teve o decreto do Fernando Henrique Cardoso restringindo o acesso, então, naquele período, 2007, 2008, o Arquivo Nacional não sabia muito bem como proceder para dar acesso, porque temia processos judiciais. Aliás, não só o Arquivo Nacional, o Arquivo Público Mineiro também tinha dificuldades para lidar com os arquivos do DOPS. Lembro inclusive de sugerir a quem estava me atendendo

7 Convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID).

no Arquivo Nacional que podiam me entregar os documentos com os nomes tarjados. Houve uma fase em que eles mandaram documentos sem os nomes e não me importei. Depois, com a resolução do problema de acesso no governo da Dilma Rousseff (PT), em 2011, 2012, isso acabou, eles passaram a liberar. Hoje, inclusive, você acha online. Essa abertura de arquivos foi muito interessante.

Utilizei o acervo da AESI que já mencionei e, além disso, fui para o campo da História Oral. Resolvi fazer entrevistas para ter outra perspectiva do tema, e fiz 50 entrevistas. Então, foi um cruzamento de fontes bastante amplo e muito interessante em termos de análise da informação, porque muitas vezes o documento do arquivo me abria caminho para fazer o roteiro das entrevistas, e frequentemente elas confirmavam o que estava no arquivo policial. Tem gente que acha que arquivo policial é todo manipulado, inventado, mas tive vários exemplos em que as pessoas confirmavam e inclusive ficavam assustadas: *“como é que eles sabiam tudo isso?”* Às vezes ficavam desconfiados de mim, *“como é que eu sabia tudo isso?”*. Então, a pesquisa me permitiu cruzar a fonte oral com a fonte arquivística de uma maneira bem interessante.

TC: Gostaríamos de retomar um aspecto ainda sobre arquivo, sobre o processo de luta pelo acesso e a organização desses acervos, do DOPS e da AESI. Você podia falar um pouco desses processos?

Rodrigo Patto: Foi logo depois que terminei o doutorado. No final de 2000 e início de 2001, procurei a superintendente do Arquivo Público Mineiro (APM) à época, a Edilaine Carneiro. Eu sabia que o arquivo tinha recebido a documentação do DOPS, que foi um processo muito moroso, um conflito enorme para que a documentação fosse recolhida ao arquivo. A polícia dizia que não existia e foi preciso fazer uma CPI na Assembleia Legislativa, os deputados foram à Secretaria de Segurança, localizaram os microfimes do DOPS e determinaram que fossem entregues ao Arquivo Público Mineiro. O APM recebeu os microfimes, acho que em 1998, mas em 2001 não tinha ainda começado a organizar e fui procurar a superintendente para oferecer a ajuda da UFMG, a minha ajuda, e acertamos de fazer um convênio para a organização do acervo do DOPS. Então, a gente

enviou projetos à FAPEMIG e ao CNPq e, com esse dinheiro, os rolos de microfilme foram digitalizados, foram transformados em imagem digital, o que no início dos anos 2000 era muito mais complicado e mais caro do que hoje. A partir das imagens digitalizadas, bolsistas de iniciação científica iam lendo os documentos e criando um instrumento de busca, indexando datas, nomes, locais. Esse projeto junto ao APM durou mais ou menos 5 anos. Foi um trabalho extremamente interessante, que gerou muitos desdobramentos e ainda gera. Foi um aprendizado grande em termos de lidar com o acervo, com algumas dificuldades de natureza ética e jurídica, porque naquela época a legislação de acesso ainda era confusa e o APM decidiu que não ia dar acesso público a todos os documentos. Por isso, a gente propôs um critério para não fechar toda a documentação, que foi restringir apenas o que dissesse respeito à honra, à intimidade e à privacidade. Os alunos foram instruídos a assinalarem quando o documento tratasse de assuntos íntimos. Esse procedimento pode ser polêmico, mas, pragmaticamente, permitiu a abertura de mais de 90% da documentação. O que envolvesse questões de privacidade, quando a pessoa pesquisava aparecia *“restrito pela lei de acesso”*. Só que depois da aprovação da nova lei de acesso, em 2011, em conversa com o APM foi decidido que essa restrição ia ser retirada, e acho que foi feito.

O processo da AESI foi parecido. Procurei a direção da Biblioteca Universitária da UFMG, porque o fundo AESI está depositado na Biblioteca Universitária, por uma decisão do reitor Cid Veloso em 1986, quando a Reitoria pegou o que sobrou do arquivo da AESI e mandou para a Biblioteca Universitária para que fosse preservado. Essa atitude deve ser elogiada, porque vários reitores mandaram queimar ou sumiram com os documentos. O acervo no início dos anos 2000 estava organizado, mas não tinha um instrumento de busca eletrônico e a gente, com dois bolsistas, montou esse instrumento. Os estudantes leram a documentação e criaram um instrumento que foi colocado no site da Biblioteca Universitária da UFMG. Nesse acervo não houve restrição de acesso de qualquer espécie, ficou tudo aberto ao pesquisador. Então, essas duas experiências foram muito importantes na minha carreira de pesquisador porque foram momentos de combinar um pouco historiador com arquivista. Tive que trabalhar pensando

a lógica do arquivo na organização do acervo, e é interessante o historiador conhecer bem o arquivo, facilita muito o nosso trabalho. Devo dizer que as duas instituições (APM e BU-UFMG) tinham ótimos profissionais e a parte técnica, eles resolveram com maestria.

TC: Você poderia nos contar sobre a sua experiência de pesquisa nos arquivos norte-americanos?

Rodrigo Patto: Foi muito fascinante, tenho vontade de voltar lá. É um complexo de arquivos, várias unidades, inclusive tem as bibliotecas presidenciais que também fazem parte dos Arquivos Nacionais. Pesquisei em uma das unidades, que é chamada de *National Archives 2*, fica no estado de Maryland, mas é na grande Washington, ao lado da capital, a 5 quilômetros do centro de Washington e perto da Universidade de Maryland, à qual eu me liguei. Eu ia para o arquivo às 9 horas da manhã, quando abria, e ficava até fechar às 17 horas. Fotografei os documentos para ficar mais fácil de carregar e mais barato também. Foram cerca de 7 mil fotos de documentos. Aliás, esse acervo a gente disponibilizou online na página do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Tem um material muito interessante que não foi usado ainda, até estou com uma bolsista de iniciação científica que está fazendo uma triagem do material que pode ser publicado para chamar mais atenção das pessoas para o acervo. Tem coisas interessantes, por exemplo, os planos norte-americanos de invasão ao Nordeste nos anos 1940. Esse foi um momento da pesquisa em que saí da ditadura, porque era tão fascinante o arquivo que fui pegando várias coisas, inclusive peguei documentos da época da 2ª Guerra Mundial. Mas me concentrei no período de 1960, 1961 até 1973, que era o ano limite do que estava disponível na época, pela lei de acesso deles. Eram documentos principalmente vindos da embaixada norte-americana, dos vários consulados e de vários programas que eles mantinham no Brasil. Eles fizeram acordos com as universidades, treinamentos para polícia etc. Esse material me fez produzir vários artigos.

Nesse arquivo tem uma coisa muito fascinante, que acabei não aproveitando, que é o fundo de imagens. Eles têm um setor que arquiva filmes produzidos pelo governo americano, tem alguns filmes

de treinamento para a América Latina, treinamento para policiais e militares que é muito interessante. Fui conhecer esse setor, mas acabei não reproduzindo filmes. Foi uma experiência interessante nos arquivos norte-americanos, me rendeu muita coisa, usei principalmente no livro sobre as universidades. Tem um capítulo do livro que é muito baseado nessa pesquisa, que é sobre a presença norte-americana na educação e nas ciências sociais brasileiras. Essa pesquisa me possibilitou também produzir vários artigos, inclusive sobre polícia, que é uma outra área de pesquisa que tenho desenvolvido desde a época de organização do acervo do DOPS/MG. Na pesquisa nos arquivos americanos encontrei muitos registros sobre a polícia brasileira, principalmente as polícias políticas. Tem inclusive um material muito interessante produzido pelos americanos quando vieram fazer o acordo policial no Brasil. A partir de 1958 eles mandam alguns agentes para fazer um levantamento de campo aqui, para ver como operava a força policial brasileira. Eles visitaram vários estados e fizeram relatórios. Focavam no DOPS e tem muita informação interessante sobre várias delegacias de ordem política e social. Uma parte desse material não foi usada ainda.

TC: Como você entende a importância dos seus objetos de pesquisa para a construção do conhecimento histórico sobre a ditadura? Quais são as lacunas empíricas e teóricas que as suas pesquisas tentam preencher?

Rodrigo Patto: Do ponto de vista da informação e da análise, pensando na compreensão e explicação da história da ditadura, acho que entre minhas contribuições mais relevantes se destaca o tema da disposição antiesquerdista dos apoiadores da ditadura, acho que esse é um elemento definidor da ditadura no Brasil, a disposição de combater a esquerda, de impedir que a esquerda tenha influência no Brasil. Acho que talvez a minha contribuição mais relevante tenha sido chamar a atenção para a importância desse sentimento antiesquerdista, que no Brasil quase sempre é verbalizado através do anticomunismo. Na sua repulsa à esquerda, a direita quase sempre usa a retórica anticomunista, como se toda a esquerda fosse comunista. Sem entender esse elemento anticomunista, que é muito

arraigado na direita brasileira, não dá para entender o impulso inicial da ditadura, o movimento golpista. Acho que o principal elemento que gera a eclosão do golpe é essa repulsa antiesquerdista que eles verbalizavam como anticomunismo. A repulsa não é apenas contra o comunismo, é também contra a esquerda socialista e as esquerdas moderadas. Tenho defendido isso desde a época da minha tese de doutorado, porque a historiografia sobre o golpe no Brasil, na época em que fiz a tese, falava muito em um golpe antipopulista e antirreformista. Ao estudar o anticomunismo e perceber a sua força, cheguei à conclusão que o ponto unificador dos golpistas não foi uma oposição às reformas, e também não foi uma oposição a qualquer forma de populismo, mas a repulsa às esquerdas. As reformas defendidas no pré-1964, as chamadas reformas de base, uma parte delas, alguns setores da direita aceitavam, setores que fizeram o golpe de 1964 aceitavam uma reforma agrária compatível com o capitalismo, assim como também aceitavam fazer uma reforma universitária. Se você aprofunda no estudo do discurso da direita na época, como eu fiz, o ponto chave não era negar as reformas, era “abaixo o comunismo”, “abaixo o socialismo”, “abaixo Cuba”. Se eles brandissem a bandeira “abaixo as reformas”, não teriam criado um movimento daquela envergadura, muita gente não ia apoiar a derrubada de Goulart para impedir reformas. Tem pesquisas do Ibope da época que mostram que 70% da população urbana era a favor da reforma agrária. Então, acho que a principal contribuição das minhas pesquisas foi mostrar que em 1964, o ponto chave é o antiesquerdismo e o anticomunismo. Claro que depois, ao longo da ditadura, isso vai ficando mais complexo, porque a ditadura vai ter outras pautas além de combater a esquerda, tem momentos inclusive em que isso não é a prioridade.

Mas o tema antiesquerdista foi o que reuniu a direita em 1964, uma questão que a ditadura continuou usando depois. Para buscar apoio, por exemplo, em 1968 e 1969, ela usou o antiesquerdismo para tentar aceitação para o AI-5. Um aspecto desse trabalho sobre o anticomunismo que eu continuo gostando, não estou dizendo que eu tenha sido a primeira pessoa a fazer, que seja totalmente original, é o seu recorte teórico e metodológico, que aliás eu continuo aplicando até hoje, que é combinar no texto uma amarração entre nar-

rativa e análise. Em outras palavras, a combinação entre a abordagem sincrônica e diacrônica. Na tese, usei capítulos diferentes para aplicar essas abordagens. Alguns capítulos mais narrativos e outros mais analíticos. Essa combinação acho muito legal, inclusive porque aproxima mais a história da preocupação das ciências sociais, que é também a de analisar. Tem uma historiografia tradicional, que ainda é feita, que é só narrativista. De qualquer modo, não acho que a oposição entre narração e explicação seja assim tão simplória, inclusive o filósofo Paul Ricoeur⁸ afirmou que narrar já é também explicar.

No caso do livro sobre a ditadura e as universidades, acho que a principal contribuição, em diálogo com a historiografia, foi mostrar que a ditadura teve um caráter ambíguo. Isso já era sabido, mas a ideia do livro é tentar mostrar como opera essa ambiguidade da ditadura, que é ao mesmo tempo autoritária, repressiva e anticomunista, mas tem uma faceta modernizadora, especialmente nas áreas de economia, tecnologia, ciência e administração pública. Uma das contribuições do livro foi mostrar como operou a chamada modernização conservadora. Porque o conceito de modernização conservadora de Barrington Moore⁹, que ele elaborou nos anos 1960, foi usado desde o início da ditadura. A primeira vez que falaram que a ditadura brasileira era um experimento de modernização conservadora foi no final da década de 1960. Mas acho que ninguém tinha feito uma pesquisa para tentar aplicar isso de maneira mais aprofundada, para mostrar como opera essa combinação entre impulsos autoritários, conservadores e modernizadores, e foi o que tentei fazer no livro e acho que de maneira bem-sucedida. Ali há uma contribuição interessante para entender a ditadura, mas também para entender as universidades no Brasil, daquela época e de hoje. Teoricamente fiz a proposta de analisar esses paradoxos da ditadura usando o conceito de acomodação, essa combinação entre modernizar e reprimir é uma estratégia de acomodação também, uma estratégia de combinar impulsos paradoxais, contraditórios. Mas não falo que a ditadura

8 Filósofo francês que viveu entre 1913 e 2005, que possui vasta obra. Para a historiografia destaca-se: *"História e verdade"* (1955) e *"A memória, a história, o esquecimento"* (2000).

9 Sociólogo norte-americano, que viveu entre 1913 e 2005, que trabalha o conceito de modernização conservadora na obra *"As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno"*, publicada originalmente, em inglês, no ano de 1966.

é contraditória em essência, afirmo que há impulsos contraditórios, mas que no final das contas aquilo se harmoniza, pois acabam fortalecendo a estrutura de poder da ditadura, porque a modernização trazia aceitação, trazia legitimidade frente a alguns setores que achavam que uma ditadura que entregava crescimento econômico a 10% ao ano era ótima. Por outro lado, a repressão também contribuía para a legitimação, porque esses segmentos mais de direita, conservadores, achavam correto reprimir a esquerda, mandar para a cadeia etc. Então, acho que a contribuição é mostrar esses paradoxos da ditadura, e faço essa conexão, a partir dos conceitos de acomodação e cultura política, com outros momentos da história brasileira, por exemplo, a ditadura do Estado Novo, em que vemos essa mesma tendência de combinar modernização e conservação.

A ditadura do Estado Novo talvez tenha sido mais conservadora do que a ditadura militar, mas também foi modernizadora. Aliás, é interessante que a historiografia mais recente sobre Estado Novo tende a falar mais da modernização do que de seu aspecto conservador. Acho até que a gente precisa fazer um ajuste de foco e lembrar que ela era também conservadora e repressiva. Nesse aspecto, o Estado Novo parece muito, estruturalmente, com a ditadura militar. Aqui volto à historiografia dos anos 1980 sobre a ditadura militar, porque muita gente aceitou o argumento de que o golpe de 1964 foi uma ruptura com o varguismo, que a questão em jogo era derrotar o nacionalismo trabalhista, romper com a herança varguista. Muita gente também, nessa mesma linha interpretativa, defendeu a ideia de que havia uma oposição ali entre internacionalismo e nacionalismo, portanto, que o golpe de 1964 seria uma expressão da vitória de forças internacionalistas. Foi também, mas não acho que o ponto chave tenha sido a ruptura com o nacionalismo, até porque no governo Costa e Silva a vertente nacionalista voltou, inclusive eles criticaram o governo Castello Branco por ter sido muito pró-americano, e a partir do governo Costa e Silva a ditadura reatou a ligação com o Estado varguista, com o desenvolvimentismo, com o corporativismo e com o intervencionismo na economia. Então, acho que resumiria nesses termos as contribuições teóricas e em termos de pesquisa.

TC: Rodrigo, e no tempo presente, qual você acha que é a importância de pesquisar a ditadura?

Rodrigo Patto: Bom, a importância primeiro é para participar do debate público sobre a história e a memória da ditadura, para não deixar que a memória favorável à ditadura se torne dominante ou hegemônica, e, também, para que ela não se torne dominante na historiografia. Acho que o tema ganhou um caráter político muito forte agora e hoje é mais difícil e arriscado lidar com a história da ditadura. Tenho medo até que, se esse contexto em que nós vivemos se prolongar, haja um desestímulo a pesquisas sobre a ditadura, porque muita gente não vai encarar o desafio. Não só de enfrentar políticos de direita, mas também eventualmente de ser atacado pela esquerda. Porque quando a gente trabalha um objeto do ponto de vista acadêmico e científico, para ser honesto e ser ético é necessário abordar certos temas que eventualmente não vão agradar a A ou a B. Com essa politização da ditadura, com intelectuais de direita querendo a todo custo mostrar que a ditadura foi ótima, que nem foi ditadura, é muito delicado lidar com esse tema. Mas acho importante continuar nessa linha de pesquisa sobre ditadura pelo aspecto político, e também pelo aspecto acadêmico. A ditadura é um tema acadêmico, é um tema de nossa história fundamental para entender o país, entender o momento em que a gente vive e, também, para pensar projetos para o futuro. Acho que temos de continuar estudando, enfrentando essas dificuldades inclusive para não aceitar a possibilidade da censura, de tentarem impedir esses estudos. Acho importante debater com esses discursos defensores da ditadura, debater academicamente, com argumentos, inclusive para mostrar porque estão errados. Acho que temos de fazer o trabalho do historiador, entrar na discussão, ouvir os argumentos - até porque muitas vezes eles usam evidências históricas, mas de forma manipulada - e com argumentos, confrontá-los. Devemos participar desse debate público e aí tem que combinar

Ditadura é um tema acadêmico, é um tema de nossa história fundamental para entender o país, entender o momento em que a gente vive e, também, para pensar projetos para o futuro.

o historiador, o pesquisador e um pouco o intelectual público. Mas também sem exagerar, a gente não deve - ao se tornar intelectual público - abrir mão de ser pesquisador acadêmico, que é aquele que se baseia em argumentos, em indícios, em evidências, e não deve tornar-se um caçador de *likes* na internet.

TC: Quais os limites e as possibilidades da sua área de atuação no que diz respeito às formas de comunicação acadêmica com o grande público? O papel do historiador como comunicador, como intelectual público.

Rodrigo Patto: É um papel necessário, mas extremamente difícil. Porque primeiro não somos preparados para isso, não temos um treinamento. A gente tem que criar um método, tem que se adaptar. Tenho uma certa dificuldade com isso, mas acho que é necessário fazer. Acho que nem todo mundo conseguirá fazer, porque gastamos a principal energia na pesquisa, na tentativa de produzir conhecimento. É uma energia muito grande gasta em pesquisa. A energia para divulgar as pesquisas é de outra natureza, ali não importa tanto o investimento analítico interpretativo, de construção de um discurso mais acadêmico, que trabalhe conceitos e produza conhecimento novo e para os pares. Porque o que se faz na universidade é produzir conhecimento inicialmente para os pares, pois eles têm de referendar o nosso conhecimento, e quando você alcança um certo consenso, esse conhecimento passa a ter uma chancela acadêmica e uma validade. Passar desse registro para uma esfera de comunicação pública é uma mudança abrupta, porque na comunicação pública você tem de falar de maneira mais simples, não pode ser cansativo, não pode usar conceitos complexos, não pode usar linguagem rebuscada. Além disso, quem faz a comunicação pública, de preferência precisa ter uma estratégia corporal adequada para captar a atenção do grande público e isso não é fácil. Tem gente inclusive que faz curso para isso. É um outro tipo de atividade, que exige certas habilidades. Nesse mundo da internet, das redes sociais, tem gente que vira *influencer* de história e não fez nem graduação em história e é uma pessoa vista por centenas de milhares de pessoas. Têm esse dom da comunicação, tem um certo carisma, sabe usar a câmera, sabe atrair atenção.

As redes sociais estão criando um outro tipo de historiador, historiadores públicos no sentido de serem populares, e que são grandes divulgadores do conhecimento, e que têm reconhecimento público, mas no terreno da universidade não têm reconhecimento algum. Então, essa comunicação é um outro desafio, acho que temos que nos esforçar, estimular os alunos a trabalharem nessa linha. É uma questão política hoje, porque a direita está investindo pesado nisso. A gente tem uma desvantagem com os discursos de direita, porque esses são propositadamente simples. Quanto mais simples, melhor. São discursos agressivos, a maioria deles é para destruir a esquerda, destruir seus adversários, então podem ser bastante simples, não têm ligação com o mundo acadêmico e universitário. Então, essas figuras das redes não têm que responder aos pares, como nós temos. O que a universidade faz é produzir conhecimento baseado em reflexão e pesquisa, e não é fácil simplificar isso. Tem um limite que acho que não deve ser ultrapassado, porque se for para simplificar demais corremos o risco de destruir os fundamentos do trabalho acadêmico. É difícil combinar popularização com o respeito ao princípio da relevância acadêmica, da reflexão, de um conhecimento bem fundamentado, e não inventado, que não é fruto somente da minha paixão. Então esse desafio das redes, de fazer uma história pública, é tremendo, mas acho que deve ser feito. Eu tenho tentado, por isso tenho aceitado muitos convites para participar de *lives*, de debates públicos. Assim como sempre aceitei entrevistas para a imprensa, ainda que com a imprensa tenha desenvolvido uma estratégia de tentar sempre a entrevista escrita, porque quando a gente faz por escrito, evita-se o erro do jornalista. Tem que tomar cuidado com o veículo, se é de direita, de esquerda, mas também, se a gente for purista demais acaba perdendo a chance de entrar no debate público, às vezes tem que correr o risco. Virar as costas para mídia é contraproducente, porque é necessário ocupar esse espaço

As redes sociais estão criando um outro tipo de historiador, historiadores públicos no sentido de serem populares, e que são grandes divulgadores do conhecimento, e que têm reconhecimento público, mas no terreno da universidade não têm reconhecimento algum.

também, senão outros vão ocupar. Estou tateando nesse mundo da comunicação pública, achando que temos que fazer por razão política. É claro que do ponto de vista da carreira também não é mal você se divulgar mais, divulgar seu trabalho, mas acho necessário manter um limite ético para não comprometer o papel da universidade. Isso não é elitismo, é um respeito à função da universidade.

TC: O que você aconselharia para um pesquisador iniciante que estivesse interessado em estudar a ditadura militar?

Rodrigo Patto: Olha, eu aconselharia persistência e coragem. Nesse momento, coragem para continuar com o tema. Persistência, tenacidade, atenção, método, acho que são conselhos que servem para qualquer historiador. Muito depende da inspiração também. São características que cada um tem. Há coisas que não se ensina, a pessoa deve desenvolver uma certa perspicácia quando trabalha com pesquisa. Orientando alunos ao longo do tempo você percebe isso. Tem coisa que é característica pessoal. O que a gente pode treinar e sugerir é ter atenção e investir em erudição - que significa dominar o conhecimento disponível sobre aquele tema - porque se um jovem vai ao arquivo em busca de informações, se ele conhece pouco sobre o tema, vai ficar como um cego. Vai ler alguma coisa: *“nossa, que coisa genial”*, mas aquilo é uma coisa banal, que todo mundo já sabe há anos. Então erudição, tenacidade, persistência e coragem. Talvez aí combinar com uma disposição cívica, política, de encarar esse trabalho como algo que tem importância cívica para a democracia.

O que a universidade faz é produzir conhecimento baseado em reflexão e pesquisa, e não é fácil simplificar isso. Tem um limite que acho que não deve ser ultrapassado, porque se for para simplificar demais corremos o risco de destruir os fundamentos do trabalho acadêmico.

Bom, e para atizar um pouco da ambição, esses temas polêmicos têm a vantagem de permitir que a pessoa se divulgue. Trabalhar com temas polêmicos coloca as pessoas à mostra. Você tem um risco, mas a chance de o seu trabalho atrair mais atenção é maior, então essa polêmica toda da ditadura pode ser um incentivo para estudar o tema.

Procurar temas que foram menos estudados e explorar os acervos disponíveis. A gente tem acervos enormes para estudar a ditadura. Só o acervo do SNI é um absurdo. Para não falar nos DOPS, que têm montanhas de coisas que não foram estudadas. Então, é estimular o pessoal a enfrentar os arquivos. Muitos grupos de pesquisa no Brasil, na área de história, não enfrentam arquivos, não têm esse ânimo de encarar um arquivo, que é uma coisa que demanda um trabalho continuado, reiterado, é muito suor, nem sempre as pessoas têm essa disposição e nem sempre os professores estimulam. Então, um conselho que eu daria para os jovens é: tenham paciência, porque às vezes, na pesquisa, o resultado só vai aparecer depois de muito tempo. Você pode ficar ali dias recolhendo material e não vai perceber imediatamente a relevância, talvez não vá encontrar muitas coisas interessantes, mas aquilo é um acúmulo de esforços. Então, você não pode achar que vai fazer uma dissertação de mestrado na área de história com dois dias de trabalho no arquivo; tem de ter uma disposição para ficar sentado ali por muito tempo. Jovens, se animem porque tem muita coisa a se fazer e o futuro é vosso.

TC: Como você analisa a presença do anticomunismo na história política brasileira? Ele é uma característica que marca nossa cultura política?

Rodrigo Patto: Eu diria que ele é uma característica marcante da história brasileira. Falar de cultura política já é algo mais complexo, porque do modo como penso cultura política, o anticomunismo cruza várias culturas políticas, como o conservadorismo, o liberalismo, o fascismo. Quando fiz a tese enfrentei esse dilema teórico, e por isso optei em classificar o anticomunismo como tradição. Acho que ele é um elemento forte do imaginário nacional, mas dizer nesses termos significaria dizer que a grandíssima maioria aceita as bandeiras anticomunistas, não sei se dá para afirmar isso. De qualquer modo, que ele é muito forte na história brasileira e que é um fenômeno estruturado, acho que está muito claro, especialmente hoje. Perceber a facilidade como os grupos de direita conseguiram incendiar uma parte da população com essa bandeira anticomunista, que é velha, surrada, para mim, isso demonstra que é de fato estruturado. Acho

que no Brasil, e isso acontece em outros países, mas especialmente no Brasil, a sensibilidade de direita abraçou a retórica anticomunista para nomear o inimigo, para nomear a esquerda em geral, em vez de chamar a esquerda de socialista ou de marxista, a direita no Brasil prefere se opor ao comunismo, e isso pegou. Tem um pouco a ver com a força que o comunismo teve em certos momentos, a força do Luís Carlos Prestes, do mito de Prestes, a força que o PCB teve nos anos 1940 nos movimentos sociais, a tal Intentona Comunista, que causou um certo medo na época porque foi um insurreição dentro dos quartéis liderada por comunistas, e isso assustou muito. Acho que tem muito a ver também com a estrutura da sociedade brasileira, com a desigualdade de classe, com classes superiores e classes médias muito acostumadas a privilégios e a um distanciamento social em relação à classe trabalhadora, ao povão, aos camponeses, à população urbana excluída. As classes superiores e as classes médias no Brasil têm mostrado uma resistência enorme em aceitar mudanças sociais, e a aceitar que as classes inferiores ascendam um pouco, mudem de patamar.

O anticomunismo tem servido também para expressar os medos desses grupos superiores em relação a quem vem de baixo na escala social. Então, talvez isso explique a força desse discurso anticomunista. No fundo, é um discurso contra a mudança social de qualquer tipo, um discurso contra a esquerda de qualquer natureza. Tem anticomunismo forte em outros países, mas o caso do Brasil é muito marcante, e o fato de ser atual ainda é quase extravagante, se você comparar com o plano mundial. Existem ainda discursos anticomunistas aqui e acolá, tem um pouco na Europa oriental, um pouco nos Estados Unidos, mas fora disso é um negócio meio fora de razão, porque o que sobrou de movimento comunista, que é a China e Cuba, não são ameaças no sentido de ter um modelo social que possa ser exportado. Enfim, o anticomunismo é muito arraigado no Brasil, e acho que merece ainda ser pesquisado, há coisas ainda a fazer, e tem muita pesquisa pela frente. Tem muita coisa interessante a se fazer, por exemplo, em termos de conexões internacionais. Há estudos interessantes sendo feitos pelo pessoal do Cone Sul, principalmente os argentinos (o Ernesto Bohoslavsky, por exemplo). Quando fiz a tese não tive fôlego para ir atrás

dessas conexões internacionais, apenas citei algumas delas, e vejo com satisfação que muita gente está explorando esses temas e está encontrando um universo bastante interessante.



Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT,
em e-book formato pdf, com 244 páginas
Março de 2021

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Série
Território
Científico



Em 2021, 57 anos nos separam do início de um dos períodos mais sombrios da História brasileira. Apesar de mais de meio século ter se passado, nunca a ditadura civil militar esteve tão presente em nossas vidas, com a nova ascensão de uma ideologia política que apela para o extremismo nos moldes fascistas. Parece anacronismo, mas não há termo melhor para definir um grupo político que defende posicionamentos contrários à democracia, aos direitos básicos dos cidadãos, à existência de minorias, segundo o qual deve “se curvar ante a maioria”.

Em nenhum momento se produziu tanto conhecimento sobre a ditadura, felizmente, na maioria dos casos, conhecimento sério, embasado em fatos, em pesquisa, em reflexões coerentes. Em meio ao turbilhão negacionista e anticientífico, o trabalho dos onze entrevistados neste livro se mostra fundamental, pois produzir ciência nos dias atuais é, sim, um ato de resistência. Diante disso, nada melhor do que iniciarmos a série Território Científico com este tema tão atual e tão fundamental, afinal, a História, com agá maiúsculo, mais do que nos ajudar a registrar quem nós somos como povo, nos obriga a lembrar daquilo que preferiríamos esquecer, mas que não podemos, se quisermos preservar nossa humanidade.

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

ISBN 978-658742990-8



9 786587 429908